

ÍNDICE

NOTA À EDIÇÃO	5
INTRODUÇÃO AO DIREITO E AO PENSAMENTO JURÍDICO	7
PARTE I – INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	9
1. DO CONCEITO DE DIREITO	11
1.1. Aproximação à definição de Direito	11
1.1.1. Pluralidade semântica da expressão “direito”	14
1.1.2. Noções de Direito. Definição de Direito	16
1.2. Do Sistema Jurídico	17
1.3. A Norma Jurídica (Teoria da normatividade de princípios e regras). Estrutura, Características e Classificações	20
1.3.1. Estrutura das normas (<i>lato sensu</i>)	21
1.3.2. Características formais ou externas	24
1.3.3. Classificações das normas jurídicas	25
1.3.3.1. Classificações relativas ao conteúdo da norma	26
1.3.3.2. Classificações relativas ao âmbito da norma	29
1.3.3.3. Classificações relativas à característica da imperatividade da norma	32
1.3.3.4. Classificações relativas à estrutura da norma	37
1.4. A Tutela do Direito e dos direitos	39
1.4.1. Sobre a nulidade e a anulabilidade	43
1.4.2. Regimes gerais	45
SÚMULA CAPITULAR	46
2. RAMOS DO DIREITO – MACRO DIVISÃO MATERIAL DO SISTEMA	53
2.1. Do Direito Internacional	54

2.1.1. Direito Internacional geral ou comum e sobre direitos fundamentais	58
2.1.2. Do Direito Internacional convencional	59
2.2. Direito da União Europeia	61
2.2.1. As Instituições da União Europeia	70
2.2.2. As Instituições, na especialidade	72
2.2.2.1. Conselho Europeu	72
2.2.2.2. Conselho (de Ministros da União Europeia)	72
2.2.2.3. Comissão Europeia	80
2.2.2.4. Parlamento Europeu	84
2.2.2.5. O Tribunal de Justiça da União Europeia	89
2.2.2.6. A Instituição Tribunal de Contas Europeu	105
2.2.2.7. Provedor de Justiça europeu – <i>European Ombudsman</i>	106
2.2.2.8. Os órgãos consultivos da UE	106
2.2.3. As fontes do Direito da União Europeia	108
2.2.4. Os processos legislativos da UE	112
2.2.5. Primazia; aplicabilidade direta; efeito direto; responsabilidade estadual – a fonte jurisprudencial de princípios	117
2.3. O Direito Interno (ou Estadual)	122
2.3.1. Direito Público e Direito Privado	122
2.3.2. Os ramos do Direito Público e os ramos do Direito Privado	128
2.3.2.1. Ramos do Direito Público	129
2.3.2.2. Ramos híbridos (e especialidades com autonomia disciplinar)	166
2.3.2.3. Ramos do Direito Privado	169
3. FONTES DE DIREITO	217
3.1. Sentidos da Expressão	217
3.2. Classificações	220
3.3. Fontes Técnico-Jurídicas	221
3.3.1. Princípios fundamentais ou gerais do Direito	221
3.3.2. Leis	221
3.3.3. Costume. Os usos	222
3.3.4. Jurisprudência	224
3.3.5. Doutrina	225
3.3.6. Equidade	225

3.4. Hierarquia (tendencial) das Fontes (diplomas ou regras) Normativas	226
3.5. Da Criação à Entrada em Vigor dos Diplomas Jurídicos (Leis <i>l. s.</i>)	230
3.6. Cessação da Vigência das Normas	233
4. A INTERPRETAÇÃO	235
4.1. Introdução	235
4.1.1. Sequência	235
4.1.2. Noções prévias e operativas	236
4.2. Fatores Hermenêuticos (elementos interpretativos)	238
4.2.1. Elemento literal (também dito gramatical, filológico ou exegético)	238
4.2.2. Elemento racional (também dito lógico, <i>stricto sensu</i>)	239
4.2.3. Elemento sistemático	240
4.2.4. Elemento histórico	241
4.2.5. Elemento teleológico	242
4.3. Classes de Interpretação Segundo as Fontes Interpretativas e o Grau de Vinculação	242
4.3.1. Interpretação autêntica	242
4.3.2. Interpretação judicial	243
4.3.3. Interpretação doutrinal	243
4.3.4. Interpretação oficial (ou administrativa)	243
4.4. Classes de Interpretação Segundo a Objetividade e Historicidade	244
4.4.1. Interpretação subjetivista e interpretação objetivista	244
4.4.2. Interpretação histórica e interpretação atualista	245
4.4.3. O art. 9.º/1 do CC	245
4.5. Classes de Interpretação Segundo o Resultado	245
4.5.1. Interpretação declarativa	245
4.5.2. Interpretação extensiva	245
4.5.3. Interpretação restritiva	246
4.5.4. Interpretação enunciativa	246
4.5.5. Interpretação revogatória ou ab-rogante	246
4.5.6. Interpretação corretiva	247
5. A INTEGRAÇÃO	249
5.1. Noção Prévia e Introdução	249
5.2. Enquadramento do Campo da Integração	250

5.2.1. Interpretação extensiva e integração	250
5.2.2. Completudes normativas – Insusceptibilidade de preenchimento de lacunas	251
5.2.3. O campo ajurídico	252
5.3. Espécies de lacunas	252
5.4. Preenchimento das lacunas	254
6. CONFLITOS DE LEIS NO TEMPO	257
6.0. O Princípio Geral da Aplicação da Lei no Tempo	257
6.1. O Problema e a Causa dos Conflitos Temporais	257
6.2. Graus de Retroatividade	258
6.3. A retroatividade nos termos legais (após a doutrina)	260
6.3.1. Exceções à retroatividade normal (ou de 1.º grau)	263
7. CONFLITOS DE LEIS NO ESPAÇO	265
7.1. O Problema	265
7.2. A Solução	265
7.3. O Âmbito Privatístico	266

PARTE II – DO SISTEMA JURÍDICO

1. SISTEMA JURÍDICO	269
1.1. Introdução	269
1.2. Características e Conteúdo do Sistema Jurídico	270
1.2.1. Da abertura, em especial	271
1.2.2. Heterogeneidade estrutural – conteúdo do sistema	273
1.2.3. Teleologicidade natural e cultural – ordenamento social de Justiça	293
2. Da Justiça, Estado e Ética	294
2.1. Justiça	294
2.2. Estado (Socialidade, Estado e Pluralismo Jurídico)	297
2.3. Ética	300
2.3.1. Em geral	300
2.3.2. Dos códigos de ética organizacional	303
3. Da Teoria do Pensamento Jurídico segundo a Teoria dos Valores Jurídicos	304

BIBLIOGRAFIA	311
CARTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA	319
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA	335
TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA	453
SIGLAS PORTUGUESAS MAIS UTILIZADAS	487

